

Sumário

Editorial.....	9
----------------	---

DOCTRINA

ARTIGOS

El Estado compuesto en la Constitución Española de 1978

Jaime Rodríguez-Arana Muñoz	13
I Introducción.....	13
II Constitución, Administración Pública y modelo de Estado.....	18
III El modelo constitucional: un acierto.....	25
Referencias.....	31

La presunción de inconstitucionalidad

Alfonso Buteler	33
I Introducción.....	33
II La presunción de inconstitucionalidad.....	34
III La carga argumentativa.....	40
IV El estándar de control en materia de categorías sospechosas.....	41
Referencias.....	42

Soberanía y Estado Constitucional

Juan Gustavo Corvalán	45
1 Introducción.....	45
2 La noción clásica de soberanía estatal.....	46
3 La decadencia de la soberanía.....	49
4 Hacia una articulación racional de la soberanía con el Estado Constitucional de Derecho.....	52
4.1 La noción de soberanía como un derivado del principio democrático.....	53
4.2 Soberanía y democracia constitucional.....	54
5 La "soberanía compartida" en Argentina.....	58
6 La compatibilidad entre soberanía popular y derecho internacional.....	64
7 Conclusiones.....	66
Referencias.....	68

Os fundamentos constitucionais dos honorários de sucumbência

Eduardo Talamini	73
1 Introdução.....	73
2 Efetividade e plenitude da tutela jurisdicional.....	74
2.1 A insuficiência das teorias da ação.....	74
2.2 As diferentes teorias da ação consideram diferentes objetos.....	75
2.3 Escalada de posições jurídico-subjetivas.....	75
2.4 As diferentes garantias extraíveis do art. 5 ^a , XXXV, da Constituição.....	76
2.5 Os honorários de sucumbência e a plenitude da tutela jurisdicional.....	77
2.6 A tutela à parte e a diretriz de atribuição dos honorários ao advogado.....	78
2.6.1 A mitigação do custo contratual.....	78

2.6.2	A possibilidade de pactuação diversa entre as partes	79
2.6.3	A possível eliminação do custo contratual	79
2.6.4	A perspectiva macroprocessual	79
2.7	Um precedente na jurisprudência constitucional italiana	81
3	Acesso à Justiça	82
3.1	Meio de diminuição dos custos de quem tem razão	82
3.2	O sistema de assistência jurídica gratuita	82
3.2.1	Insuficiência do sistema	83
3.2.2	Honorários e custeio dos órgãos de assistência	83
3.2.3	A liberdade de escolha do jurisdicionado hipossuficiente	83
3.2.4	A universalidade da eliminação dos obstáculos	83
3.2.5	Multiplicidade de vias de facilitação de acesso	84
3.3	A relevância dos honorários na facilitação do acesso sob o aspecto objetivo	84
4	Responsabilidade jurídica	85
4.1	Dignidade humana e responsabilidade	85
4.2	Responsabilidade nos planos material e processual	86
4.3	Custo dos direitos e responsabilidade	87
4.3.1	O acesso à justiça como direito a ação positiva do Estado	87
4.3.2	Os custos do funcionamento do sistema jurisdicional	88
4.3.3	A ampliação dos direitos fundamentais e a correlata ampliação de responsabilidades	88
4.4	A tese da imputação a cada parte dos custos dos atos por elas praticados ou provocados	89
4.4.1	Violação à efetividade e plenitude da tutela jurisdicional	89
4.4.2	A função preventiva e didática da responsabilidade	89
4.4.3	Aspecto pragmático	90
5	A essencialidade do advogado à administração da justiça	91
5.1	Caráter instrumental da norma em face dos princípios antes destacados	92
5.2	O direito comparado	93
5.3	A correspondente necessidade de remuneração	94
6	Conclusão	94
	Referências	95

Perspectivas para as empresas estatais no Brasil: propostas para um estatuto jurídico

Eloi Pethechust, Marcia Carla Pereira Ribeiro	99	
1	Introdução	100
2	Por que debater o estatuto jurídico das empresas estatais?	100
3	O cenário das empresas estatais no Brasil	102
4	Estado empresário: razões para a exploração direta de atividades econômicas pelas empresas estatais	106
5	Perspectivas para as sociedades estatais no Brasil: propostas de aprimoramento ao seu estatuto jurídico	110
5.1	No âmbito das disposições preliminares	111
5.2	No âmbito das disposições acerca da função social	111
5.3	No âmbito das disposições acerca do regime de obrigações	112
5.4	No âmbito das disposições acerca do regime de recuperação e liquidação	113
5.5	No âmbito das disposições acerca da contabilidade privada e pública	114
5.6	No âmbito das disposições pertinentes ao regime de execução	114
5.7	Acrescentar disposições pertinentes à possibilidade de uso da intervenção judicial	116
6	Aspectos conclusivos	117
	Referências	118

Construção pragmático-sistêmica dos conceitos básicos do Direito Corruptivo: observações sobre a possibilidade do tratamento da corrupção como um ramo autônomo do Direito

Caroline Müller Bitencourt, Janriê Rodrigues Reck	123
Introdução	124
1 Noções preliminares sobre a identidade	125
2 Funções do Direito Corruptivo.....	126
3 Unidade da pluralidade.....	135
4 Classificações jurídicas	136
5 Conceitos adicionais	137
Considerações finais.....	137
Referências	138

Mandado de injunção e vedação ao retrocesso: a construção da parametricidade relativa

Vanice Regina Lirio do Valle, Renata de Marins Jaber Maneiro	141
1 Introdução: considerações gerais sobre o mandado de injunção	142
2 Efeitos subjetivos da coisa julgada: entre a teoria da resolutividade e a teoria da independência jurisdicional	143
3 Coisa julgada e superveniência de lei	149
4 Aplicabilidade da garantia de vedação ao retrocesso com base no critério normativo utilizado pelo STF: um discurso voltado à parametricidade relativa	154
4.1 Vedação ao retrocesso e as sentenças em injunção com efeitos <i>inter partes</i>	156
4.2 Vedação ao retrocesso e as sentenças em injunção com efeitos <i>erga omnes</i>	158
Considerações finais.....	160
Referências	162

A discricionariedade técnica e o controle político das agências reguladoras no Brasil

Josué Mastrodi, Lucas Rocha Mello Emboaba da Costa	165
1 Introdução	165
2 O instituto da discricionariedade administrativa no Direito alemão	168
3 Direito norte-americano: o modelo teórico das agências de regulação	170
4 As agências reguladoras brasileiras e a questão da discricionariedade técnica	172
4.1 Momentos de constatação da discricionariedade. A relevância dos conceitos jurídicos indeterminados.....	174
4.2 A falácia da teoria da solução única	176
5 O controle político das agências reguladoras.....	178
5.1 A delegação do poder regulamentar do Presidente da República para as agências reguladoras, a supervisão do Executivo e o controle político	180
5.2 Formas de controle político	182
5.2.1 Controle de adequação das discricionariedades	183
5.2.2 Procedimentos fiscalizatórios.....	184
5.2.3 Ajustes orçamentários.....	185
5.2.4 Ajustes legislativos	186
5.2.5 Controle dos quadros diretores das agências	187
6 Conclusão	188
Referências	189

<i>Disregard doctrine</i> e sua aplicação pela Administração Pública		
Leandro Sarai	193
1	Introdução	193
2	A <i>disregard doctrine</i>	195
2.1	Pessoa jurídica: separação patrimonial e limitação de responsabilidade.....	197
2.2	Desconsideração da personalidade jurídica ou não segundo a lei	199
3	A controvérsia da aplicação da desconsideração da personalidade jurídica pela Administração Pública	203
4	Entrando no debate.....	205
4.1	Princípio da legalidade e reserva de jurisdição.....	206
4.2	Moralidade e indisponibilidade do interesse público.....	207
4.3	Princípio da intranscendência.....	209
4.4	Teoria dos poderes implícitos	210
4.5	Novo enfoque	211
4.6	Novos rumos	214
5	Considerações finais.....	216
	Referências	217
Planejamento administrativo e concretização das atribuições administrativas dos entes municipais		
Ciro Di Benatti Galvão	221
1	A autonomia administrativa municipal e o contexto de sua inserção.....	221
2	A atividade de planejamento administrativo e sua vinculação às noções de eficiência administrativa e autonomia local	225
3	Os procedimentos de consorciamento intermunicipal e a implementação de políticas públicas eficientes	229
4	Considerações finais.....	233
	Referências	234
Audiências públicas: histórico, conceito, características e estudo de caso		
Laís Sales do Prado e Silva, Murillo Giordan Santos, Virgínia Juliane Adami Paulino	237
1	Introdução	237
2	Evolução histórica	238
3	Audiências Públicas no Poder Legislativo e no Poder Judiciário	241
4	Regime jurídico das audiências públicas administrativas	244
5	Audiências públicas na Administração: o conceito	246
5.1	Dever e direito de participação	248
5.2	Características gerais.....	248
6	Experiências e estudos de casos de audiências públicas	251
7	Conclusão	255
	Referências	256
Abstracts.....		259
INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES.....		265